



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 11/08/2015

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e quinze, em convocação para realização da reunião ordinária no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se pelo **segmento dos Usuários** – Conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular - ACADIM); Conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); Conselheiro Carlos Henrique Alves (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); Conselheiro Milton Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); Conselheira Maria Alice Gunzburger Costa Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); Conselheira Sônia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); Conselheiro João Dionísio Menezes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); Conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); Conselheiro Adelson Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); Conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo **segmento dos Profissionais de Saúde** – Conselheira Sheila Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED) e Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). Pelo **segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços** – Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Conselheiro Rogério Marques Gonçalves (Secretaria Municipal de Saúde - SMS) e Conselheira Cristina Guedes Veneu (Viva Rio). A reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) iniciou-se tendo como pauta: Distribuição das **atas de 16/06 e 14/07/2015**; **1) Deliberação da ata de 09/06/2015**; **2) Deliberação do processo: 09/000069/2014. Assunto: Habilitação de 04 (quatro) leitos de UNCINCo - Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional do Instituto Fernandes Figueiras - Instituto Nacional de Saúde da Mulher - AP 2.1; 09/001766/2014. Assunto: Serviço de referência na Atenção à Saúde em Gestaçao de Alto Risco do Instituto Fernandes Figueira - AP 2.1; 09/003725/2014. Assunto: Habilitação do Serviço de Referência em Doenças Raras do Instituto Fernandes Figueira - AP 2.1 - 05 minutos**; **3) Chamamento Público 005/2015**, processo administrativo 09/000972/2015 para contratação e credenciamento de estabelecimentos de saúde com vistas à prestação de procedimentos para atendimento ambulatorial multidisciplinar em reabilitação física, auditiva, visual e intelectual de forma complementar ao SUS - **30 minutos**; **4) Situação dos médicos federais da Policlínica Rodolpho Rocco - 30 minutos**; **5) Escolha do novo presidente para a Comissão de DST/AIDS - 10 minutos**; **6) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10 minutos**; **7) Informes da Secretaria Executiva do Conselho - 5 minutos**; **8) Informes do Colegiado - 30 minutos**. O **Secretário**

Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho deu boa tarde e iniciou a reunião às quatorze horas e trinta minutos, em segunda convocação de acordo com o que define o Regimento Interno. A **Coordenação da Mesa** foi composta pelos **Conselheiros: Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1 e do segmento dos usuários**, em substituição ao Presidente do Conselho o **Conselheiro Daniel Soranz; Conselheira Sônia Regina G. da Silva**, em substituição, até que chegasse a **Conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa, representante da Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM pelo segmento dos usuários**. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED, pelo segmento dos profissionais de saúde**, que foi chamado, mas ainda não havia chegado e, por sua vez, não tinha nenhum profissional de saúde do CMS-RJ na plenária para substituí-lo; **Conselheira Ângela de Lamare**, representante da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, representando os gestores. Informou que o **Conselheiro Marinaldo Silva Santos, representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI, representante dos profissionais de saúde**, acabou de chegar e pediu para que o mesmo compusesse a Mesa até a chegada do **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano**. Passou a **Coordenação e os trabalhos da Mesa** para a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Tomando a palavra deu boa tarde e boas vindas a todos e pediu ao **Conselheiro David Salvador de Lima Filho** para que lesse a pauta, pois não estava passando bem da garganta. Durante a leitura houve uma pequena retificação do **processo 09/000069/2014 no assunto: Habilitação de 04 (quatro) leitos tipo canguru e 8 (oito) leitos convencionais do Instituto Fernandes Figueiras - Instituto Nacional de Saúde da Mulher - AP 2.1**. Após leitura a pauta foi colocada em votação. **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** reivindicou para que após o **item 5)**, mantivessem a Comissão de Educação Permanente, que não tinha ponto naquela data, mas que permanecesse na pauta. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que tinha sido um erro de digitação devido ao não terem estabelecido nada, mas que não poderiam esquecer que era um ponto permanente, a Educação Permanente. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes, coordenadora da Mesa** agradeceu e colocou a pauta em votação. **A pauta foi aprovada pela maioria simples**. Passou para a **Deliberação da ata de 09/06/2015 que foi aprovada pela maioria simples**. Continuando, item 2), a **Conselheira e Coordenadora da Mesa** perguntou se todos concordavam em aprovar os processos em bloco e com a concordância todos os **processos foram aprovados pela maioria simples**. Passou ao **item 3) Chamamento Público 005/2015**, processo administrativo 09/000972/2015 para contratação e credenciamento de estabelecimentos de saúde com vistas à prestação de procedimentos para atendimento ambulatorial multidisciplinar em reabilitação física, auditiva, visual e intelectual de forma complementar ao SUS - **30 minutos**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** retomando a palavra disse que a Comissão Executiva tinha avaliado e que um membro da Comissão tinha feito uma ressalva. Fez a leitura do assunto: *“Considerando o déficit de procedimento para atendimento ambulatorial multidisciplinar em reabilitação física, auditiva, visual e intelectual no âmbito do município do Rio de Janeiro e a crescente necessidade de serviços dessa natureza pela população, esta pasta convocou o Chamamento Público com vistas a suprir essas deficiências. O Chamamento Público envolve um valor anual estimado em quinze milhões, novecentos e três mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos para a contratação e o credenciamento de quarenta e quatro mil, cento e vinte quatro procedimentos. O prazo da execução dos estabelecimentos de saúde contratados e conveniados será de cinco anos. Assim, submetemos a apreciação do Controle Social para fins de aprovação do edital Chamamento Público 005/2015, processo administrativo 09/000972/2015 para contratação e credenciamento de estabelecimentos de saúde com vistas à prestação de procedimentos para atendimento ambulatorial multidisciplinar em*

reabilitação física, auditiva, visual e intelectual de forma a complementar o sistema público de saúde". Disse que constava, em anexo, a publicação do D.O do dia 23/07/2015, página 79 até 93. Continuou dizendo que a Comissão Executiva tinha avaliado o Chamamento Público e que o **Conselheiro Marinaldo Silva Santos, representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI** tinha feito uma ressalva e que iria ler: "*Esta Comissão não se opõe ao Chamamento Público, porém o Conselheiro Marinaldo Silva Santos, representante do segmento dos trabalhadores, sugere que, findo o prazo do presente contrato, esses serviços sejam executados por profissionais efetivados na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro por concurso público*". Disse que a Comissão Executiva não tinha visto qualquer problema com relação ao Chamamento Público a não ser a ressalva do **Conselheiro Marinaldo Silva Santos, representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI** pedindo que ao final dos cinco anos passasse a ser efetivado apenas por concurso público. Ressaltou que era sua proposta e não da Comissão Executiva e acreditava que teriam que abrir espaço para discutirem e que ele tinha uma proposta para externar e achava que poderia conciliar ou não e que não tinha nada em contrário a proposta, mas que daqui a cinco anos era um tempo muito longo para poderem prever o que iria acontecer e a proposta dele era que daqui a cinco anos, o Conselho Municipal de Saúde avaliaria a situação e visse se haveria real possibilidade de fazer concurso público ou contratar e não desde já estarem amarrando essa questão para daqui a cinco anos; que amarrariam a questão de avaliarem até quatro anos e que teriam um tempo para verem. O **Conselheiro Marinaldo Silva Santos, representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI** tomando a palavra disse que tinha feito essa observação nesse processo porque a Comissão Executiva tinha entendido e ele estava responsável por dar esse parecer, que esse processo já estava valendo e que não poderiam se opor a ele naquele momento. Disse que era evidente o que desejavam eram serviços sendo prestados e funcionando, mas que se não fizerem uma condição com relação ao que fosse público e privado, estariam sempre privatizando a Saúde do município do Rio de Janeiro mais do que já estava. Continuou dizendo que essa observação tinha sido feita para que na revisão deste contrato que o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS** estava colocando uma outra proposição, mas que na revisão deste contrato fosse feito concurso público e que esses profissionais que atuavam nesses lugares fossem concursados como deveria ser e como colocava a Constituição brasileira e que não estavam sendo respeitados nos estados e municípios brasileiros com relação a questão de recursos humanos. Continuou dizendo que confundiam muito essa questão do complementar, suplementar com o estar privatizando colocando empresas, ONG's, OS's fazendo aquilo que o servidor público deveria estar fazendo, que o poder público tinha o dever de estar funcionando naquele espaço. Disse que a proposta era naquele sentido e que aos poucos iriam formando uma outra mentalidade e, se fosse possível, que esse governo não estaria mais aí, mas que o próximo governo pudesse dar uma parada para poderem reestudar essa questão da privatização da Saúde e que recursos humanos era uma coisa que sempre discutiam e sempre colocavam e que eram trabalhadores e que todo serviço relativo à saúde e outros segmentos do município fossem através de concurso público, feitos por servidores do município do Rio de Janeiro e que servidor era através de concurso, pois não tinha outra forma de ser. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS** tomando a palavra disse que nos termos como ele tinha colocado não havia nada contra e que achava que poderiam encaminhar. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou se poderiam aprovar o Chamamento Público com a ressalva e o **Chamamento Público 005/2015 foi aprovado pela maioria simples com ressalva e uma abstenção**. Passou ao item 4) **Situação dos médicos federais da Policlínica Rodolpho Rocco - 30 minutos**. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo**

Lopes disse que o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED** disse que sobre essa solicitação de pauta estava abrindo mão da sua fala para um representante dos médicos do PAM Rodolpho Rocco, o **Dr. Flávio**. Foi dada a palavra ao **Dr. Flávio** dizendo que pertence à Policlínica Rodolpho Rocco e que na realidade estava lá desde 1982, por concurso público e trinta e três anos lá naquela região e que há uns dez dias atrás tinham sido comunicado que deveriam sair do local, eles, clínicos, pediatras, ginecologistas e obstetras porque ali só poderiam trabalhar especialistas. Continuou dizendo que tinham vindo ao Conselho Municipal de Saúde denunciar essa forma injusta que estavam sendo tratados e que era uma área extremamente carente e que não via a possibilidade de uma Clínica da Família instalada lá ter a capacidade de atender aquela quantidade enorme de pacientes. Disse que muitas vezes que esses pacientes eram encaminhados para os especialistas e os exames eram feitos em Campo Grande e que o deslocamento dessa área era praticamente inútil e o próprio CTI era em Campo Grande. Que poderia dizer que pessoas com trinta e poucos anos de experiência para aquela instituição, clínicos e pediatras eram capazes de atender muitos pacientes que estavam ali; que diziam que estavam ociosos e que na verdade a ociosidade que acontecia era porque não estavam marcando pacientes para eles. A idéia era que a Clínica da Família absorveria todos esses tipos de pacientes, o que não acontecia e que muita gente da Comunidade poderia dizer e que a queixa era diária porque não conseguiam chegar ao médico, que a rotatividade era muito grande, a inexperiência do profissional ali colocado, com vinte e poucos anos, em detrimento a eles, que estavam lá há mais trinta e poucos anos, com uma experiência muito grande e que achava um absurdo a Prefeitura abdicar dessa experiência e dessa qualidade dos profissionais que lá estavam. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED** assumiu a palavra dizendo que queria que um dos médicos viesse falar o que estava acontecendo, mas era interessante que entendessem que o Sindicato dos Médicos tinha pedido esse ponto porque no Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Saúde tinha feito um contrato de municipalização com o Ministério da Saúde e os PAM's todos tinham sido destinados para o município e alguns para o Estado; no caso do PAM Del Castilho tinha sido destinado para o município e o que viam depois dessa destinação além da briga que tinha havido entre o ex-prefeito César Maia e o Ministro na Intervenção onde devolveram e o município tinha destruído o Andaraí e que não tinha conseguido mais se levantar, tinha destruído o Ipanema, o Lagoa e que tinha conseguido tudo isso e os gestores na época da municipalização e que inclusive ele estava na Conferência e que a municipalização era o brinde, a coisa mais importante que seria feito para essa Secretaria. Continuou dizendo o que viram era que todos os PAM's tinham sido dizimados e nada tinha sido colocado no lugar. Disse que não eram contra o Saúde da Família, que era uma estratégia importante, mas esse "mantra" de que resolviam todos os oitenta por cento dos problemas da população era desconhecer o perfil sócio-econômico do nosso país hoje e acharem que estavam vivendo em 1950. Continuou dizendo que era sanitarista e ficava triste de ver os colegas sanitaristas destruindo os serviços de especialidades e agora depois de mais de vinte anos de destruição, usando relatórios de todos os hospitais do Rio de Janeiro e que todos tinham sido destruídos no município com essa visão; que o município não tinha que mexer com a questão especializada, que o município só mexia com a emergência e Saúde da Família. Disse que era muito interessante que esses gestores, direcionado-se à **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**, dizendo que ficava muito triste, que esses gestores que tinham proposto destruir os setores de emergência, inclusive dos hospitais, alguns estavam na gestão das OS's, dos CERES. Falou que quem tinha destruído o Hospital Souza Aguiar era um gestor que estava no CER do Leblon e que esteve aqui no Conselho Municipal de Saúde falando "louras", que ia fazer isso e aquilo com o Hospital Souza Aguiar e destruiu o

Hospital Souza Aguiar; que o Hospital Souza Aguiar hoje não era a mesma coisa que era, que não tinha mais pujança que tinha. Dirigindo-se à **Dra. Betina Durovni** dizendo que ela era médica e que ele era médico e que eram mais ou menos da mesma geração e que a medicina do Rio estava sendo destruída pelo Poder Público e que é uma constatação que não poderiam mais achar que quando um médico chegava com trinta anos e estava para a aposentadoria dariam um “chute” nele e mandariam embora, porque esse médico era o melhor e sabiam disso; que era esse médico que passa o conhecimento para o mais novos e que a medicina tinha um “veio procático” e não era possível que o município não entendesse isso. Que não entendia como poderiam pegar 21 Especialidades; pediatria entendendo a gestora da área. Pediatria era a maior especialidade; perguntou se o porteiro poderia fazer puericultura ou qualquer um poderia fazer puericultura o que o médico poderia fazer no município do Rio de Janeiro. Disse que era não querer entender a importância do médico e que eles quiseram trazer essa discussão para o Conselho Municipal de Saúde sim porque no Conselho Municipal de Saúde estava tendo uma visão da gestão contra o médico, de tirar o papel que o médico tinha nas redes e que estava aqui há anos com todos os sindicatos juntos e que reconhecia o papel de todos os profissionais de saúde e brigava com essa gestão há dez anos porque o paciente do município do Rio não tem o direito a ter fonoaudiólogo porque não era necessário e não se faz concurso; que não tinham o direito a terem psicólogo, não tinham direito a terem enfermeiro qualificado e todos eles eram contratados sem concurso e que tinha acabado o concurso público e que o entendimento deles era que, pela terceira vez, essa gestão que o PAM Del Castilho estava sendo destruído por essa Secretaria, que tinha mudado seus Secretários mas que queriam destruir o PAM Del Castilho e que mais uma vez veio brigar com o gestor porque não dava para destruir o PAM Del Castilho. Finalizando disse que um ex-gestor que tinha sido eleito presidente deste Conselho de Saúde e achava tão maravilho tudo que estava fazendo, hoje, é vice-presidente da Amil. Disse que tinha sido eleito no Conselho Municipal de Saúde dizendo que o Saúde da Família era a pérola que iria conseguir e que agora iria implantar esta pérola e tudo que ele tinha trabalhado aqui, na Amil. Disse que esperava, sinceramente, que esse e todos os gestores que estavam tentando acabar com o serviço público passem para a Amil e fiquem por lá, mas que deixem o serviço público do Rio de Janeiro se manter. A **senhora Ana Morena** disse que era pediatra e que, também, tinha entrado no concurso de 1982. Que estava estarecida com o que estava acontecendo porque a pediatria é uma especialidade e bastava que conversassem com a população que não estavam indo mais à Clínica da Família porque elas percebiam que não estavam sendo atendidas nas suas necessidades, pois esse médico que estava na Clínica da Família não conseguia dar conta da complexidade da pediatria e que se eles levavam tanto tempo para se habilitarem com alguém, que muitas vezes, era recém formado ou mesmo que não fosse, não iria fazer o papel de um oftalmologista, que teria que ter muita bagagem, muito conhecimento e não poderia fazer esse tipo de coisa. Disse o que estava causando a eles muita perplexidade era que quando tinha entrado para a Policlínica Rodolpho Rocco, em 1982, eram dezoito pediatras e que se contassem o número de pediatras que tinha agora eram onze. Perguntou se a população pediátrica tinha diminuído e porque o gestor queria acabar de vez com a pediatria se a população tinha aumentado nesses trinta anos. O **senhor Gil Batista** disse que era conselheiro do Conselho Regional de Medicina e que não sabia exatamente qual seria a exposição que a Secretaria Municipal de Saúde faria, mas imaginava que, esse tipo de abordagem, fosse relacionada a números de atendimentos e achava que não era correto tentar discutir qual era a política de saúde que a Secretaria Municipal de Saúde se proporia a fazer e que seria uma determinação política concordando ou não que teriam que respeitar. Disse o que não podiam admitir era que os colegas com trinta anos de serviço em uma determinada unidade serem “descartados” dessa forma. Disse que isso é uma coisa inaceitável e que qualquer médico que estivesse atuando nesse tipo de ação deveria fazer uma condenação

sobre o respeito que ele tinha que ter como profissional com mais de trinta anos de atuação numa determinada região. Que não seriam esses os profissionais e a notificação no local de trabalho dele que irá modificar a política de saúde no município e isso era uma coisa provada contra um grupo que era cada vez menor, que era o grupo de estatutários e que, evidentemente, individualmente terá uma forma menor de pressão. Continuou dizendo que primeiro queria colocar que o Conselho Regional de Medicina irá acompanhar isso até onde for necessário e que iriam tentar defender o direito desses colegas aonde for necessário e que não o espantava se aqui, também, fosse discutida a questão de horário desses colegas e que tudo que fosse possível de ser usado contra esses colegas seria usado nessa discussão; que, então, teriam que ficar atentos e prontos para lutar e que não poderiam ceder a esse tipo de pressão. **Dra. Betina Durovni** deu boa tarde a todos e disse que iria pedir para a **senhora Deise** fazer uma pequena apresentação. Complementou dizendo que o colega do CREMERJ estava coberta de razão e que iria apresentar dados, números e planejamento mostrando um pouco qual era o Projeto deles, mas antes de falar, disse que não havia nenhuma similaridade nem aproximação com as palavras “descartáveis”, esquecer, injustiça, que justamente a qualidade e a experiência desses profissionais eram que precisavam para reorganizar a Rede da CAP 3.2. Que era justamente a expertise desses profissionais que estavam contando e oferecendo como seria demonstrada na apresentação uma nova lotação dentro da lógica de atendimento, porque estavam querendo que essas pessoas experientes atendessem em locais onde precisavam mais deles do que em áreas que estavam cobertas 100% (cem por cento) do Saúde da Família. Continuou dizendo que não havia nenhuma intenção de colocar e queriam que eles produzissem mais, oferecessem mais serviços para a população e era justa a intenção deles e que esperava poder demonstrar com números porque achava que não dava mais para fazer gestão sem evidência e sem demonstrar claramente onde querem chegar, qual era o Projeto e as coisas que estavam fazendo porque senão poderiam passar a tarde dizendo opiniões, boatos ou mesmo posições políticas que eram absolutamente legítimas e que deveriam ser debatidas, mas que iria mostrar a evolução na CAP 3.2 em termos da prestação de serviços e que esperava deixar claro qual tinha sido e qual seria a postura da Secretaria e dos profissionais que muito os orgulhava de fazerem parte da nossa Rede e que esperava que pudessem oferecer a sua expertise, a sua qualidade para a população em unidades onde precisavam mais desses serviços do que onde eles estavam lotados. A **senhora Deise** se apresentou dizendo que era médica e que naquele momento era a substituta da **Dra Cláudia** que estava de férias. Falou que tinha trazido uma apresentação para tentar explicar qual era a ideia deles de organização territorial, que na verdade não era fechamento de serviços, não era “descartar” ninguém, pelo contrário, era otimizar a expertise que eles tinham e que isso tinha sido pedido para ser conversado com os senhores e achava que algum entendimento tinha sido equivocado. Prosseguiu com a apresentação e finalizou devolvendo a fala para a Mesa. A **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que abririam cinco inscrições em vinte minutos. O **senhor Manoel João Santana, Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2** deu boa tarde a todos e todas dizendo que era conhecido como “Neco” e que todos o conheciam e que seu grande problema tinha sido a surpresa do Conselho Distrital e Saúde da AP 3.2 que estava passando por essa situação porque no conhecimento dele até chegar ao Conselho Municipal de Saúde teria que ter passado pelo Conselho Distrital e que em momento nenhum tinha passado pelo Distrital e que isso era falta de ética, de respeito e de moral e que ele não aceitava, que eram abertos a todos e que ocorrem reuniões toda terceira quarta-feira de cada mês para negociarem essas situações e que não aceitava ser pego de surpresa, que falava logo, pois era democracia e ratificou dizendo que não tinha passado pelo Conselho Distrital e que era uma falha grande para ele que respeitava o trabalho dos outros e queria que o dele também fosse respeitado. Continuou dizendo que esse era o grande problema e que quinta-

feira veio a saber por acaso por terceiros, que iria estourar isso aqui e que então o Conselho Distrital e nada era a mesma coisa e perguntou, então, o que era que estavam fazendo. Disse que estavam abertos ao diálogo sim, mas que não gostava de ser pego de surpresa e que em momento nenhum tinha sido citado e nem comunicado e que essa era a indignação dele. Agradeceu. A **senhora Fátima** deu boa tarde e disse que era pediatra da Policlínica Rodolpho Rocco e que tinha entrado lá em 1990 na emergência quando começou a fazer atendimento e depois tinha ido para o ambulatório em 1998, em quarenta horas e que conhecia aquela Comunidade como ninguém. Disse que não tinha números, mas que sabia muito bem que o planejamento tinha sido perverso, porque a Policlínica Rodolpho Rocco sempre tinha atendido a população do Engenho da Rainha, Pilares, Del Castilho e do Morro do Alemão e que eles tinham feito muitos trabalhos com aqueles adolescentes e com aquelas crianças e quando começaram com essa política da Estratégia da Saúde da Família, que também tinha dado conta, que a mesma além de Pediatria tinha feito medicina preventiva social no Instituto de Medicina Social da UERJ e sabia o que era necessário. Disse que eles não eram contra, mas que tinham que ser respeitados e respeitados quem estava lá. Continuou dizendo que quando tinha começado essa divisão de área eles tinham colocado exatamente para eles atenderem e que eles sabiam a população que ia, que era de 1% (um por cento) na unidade deles, porque a população que ia 99% (noventa e nove por cento) há trinta anos na unidade deles era de Del Castilho, Pilares, Inhaúma e do Morro do Alemão que sofria aquela violência devastadora, mas que sempre tinha chegado na unidade. Disse que tinham montado um acolhimento em que as pessoas iam lá e que se a pessoa não fosse da área não poderia ser atendida por eles e que ficaram com a área de Méier e Cachambi. Continuou dizendo que tinha sido isso que tinha acontecido e não tinha sido diferente e que aí ficaram ociosos e que estavam ociosos, não iria negar e que estavam cansados também porque tinham dado sangue, suor e lágrimas naquela unidade e que ela tinha dado sangue, suor e lágrimas muitas vezes na emergência atendendo violência doméstica que era pela Prefeitura e que nesse momento não tinha havido respeito nenhum com o trabalho de ninguém, nem dos Clínicos, nem dos Ginecologistas que não eram obstetras, porque lá não faziam partos, era pré-natal. Ratificou dizendo que eles queriam ficar naquela unidade e que se estava faltando nas outras unidades, que eles nunca tinham tido dificuldades de chegarem no PAM e que agora estavam com dificuldades de chegar e que estavam com dificuldades porque não deixavam entrar porque eram referendados para a Clínica da Família que não tinham médicos. Que cansavam de pegar receita “prednisolona de 8ml, de 6 em 6, uma colher de chá para criança de um mês”; que queriam sim continuar na unidade e era para isso que estavam lutando e que não estavam lutando para ficar na CAP 3.2 não, que estavam lutando para ficar no PAM Del Castilho. O **senhor Oswaldo** deu boa tarde a todos os presentes e disse que estava na direção estadual do Sindsprev e também trabalhava no PAM Rodolpho Rocco, antigo Del Castilho e que tinha sido uma surpresa porque no mês passado ele estava de férias e como estavam numa greve dos servidores públicos federais em nível nacional, que tinha voltado agora em agosto, mas que continuava na greve e que tinha sido surpreendido com essa medida que a Secretaria havia tomado dizendo que esses serviços de clínica médica, pediatria e ginecologia tinham distribuído um “planfletinho” para eles e tinha a cardiologia também, mas que tinha sido um erro de uma informação errada que tinham passado para eles e que tinham associado a cardiologia, mas que estava fora desse processo; que era somente da clínica médica, ginecologia e pediatria e que tinham feito um ato na porta do PAM no dia 29/07/15 e quando esse planfleto tinha sido emitido e que eles passaram para a população. Que nesse ato tiveram várias pessoas da região que eram atendidas no PAM que tinham dito que era um absurdo terminarem com esses serviços lá. Disse que tinha sido uma deliberação da CAP, da Secretaria Municipal de Saúde, obviamente, mas que iriam buscar maiores informações e assim fizeram na CAP, através da **Dra. Cláudia Nastari** essas

informações e que a **Dra. Deise** disse que estava de férias e que ontem tinha atendido eles e teria ido exclusivamente lá para isso porque tinham marcado para o dia 10 e que teria ido lá e conversaram. Disse também que um impasse tinha sido estabelecido e que estavam lá, hoje, fazendo aquela discussão e era muito bom para todos. Continuou dizendo que a partir desse impasse que precisavam sair dele e que não poderiam continuar assim e uma outra reclamação que tinha sido feita pelos médicos que estavam presentes era que esse assunto não tinha sido discutido amplamente com eles e que a **Dra. Deise** disse que havia pedido à direção da unidade para que fizesse a discussão coletivamente, mas que, ontem, a **Dra. Márcia**, que estava lá, médica da unidade teria dito que não poderia fazer essa discussão coletiva porque o auditório estava em obras, que o **FPDM** estava fazendo essa obra no Posto inteiro inclusive com os trabalhadores trabalhando lá e atendendo a população com toda aquela poeira e que era um absurdo, mas que isso era da vida. Disse que eles, conversando com a população informou que ela tinha feito alguns abaixo-assinados e que estavam com eles na mão, que deixaria e eram mil e trezentas assinaturas, que não tinham cópias, mas que faria as cópias das assinaturas da população e que protocolaria no Conselho Municipal de Saúde e que iriam evidentemente para essa guerra porque a população não poderia ficar sem atendimento. Agradeceu. A **Conselheira Edileuza, suplente do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1** disse que estava solidária à dignidade do pessoal da “médica” porque essa situação eles passavam na Rocinha também, que chegaram e jogaram para eles *“toma o filho que é seu e vai criar”* e que estavam lá com essa problemática. Disse que não tinha pediatra e que muitas crianças e bebês não tinham na Comunidade e que tinham três Clínicas da Família e que a Rocinha estava no mapa ali ao lado e que toda aquela área de cobertura que diziam que era 100% (cem por cento) da Família não tinha. Que ela trabalhava na associação de moradores e que era diretora de saúde lá e atendia também as reclamações e as demandas e que ginecologia era para quem era chique porque tinha pessoas que iam fazer faxina para pagar na CTI, na Granado “uns precinhos” na ginecologia de R\$ 90,00 (noventa reais) e faziam um sacrifício porque não confiavam e não existia na Rocinha. Que faziam um exame, era atendido pela enfermeira, passava às vezes pela médica, mas era uma clínica e não na ginecologia; que tinham sido tirados os direitos deles na calada da noite e que era uma indignação e que iria dizer como moradora, representante do usuário porque achava que o programa era bom, mas deveria ter suas especialidades e que tinham que ter respeito pelas pessoas que estavam lá há trinta anos e que era uma falta de respeito muito grande com eles que estavam lá e não passar pelo Conselho Distrital era uma misericórdia. Continuou dizendo que era a Rocinha dela que estava lá dizendo 100% (cem por cento) não existia porque ontem mesmo tinha recebido cinco pessoas na associação de moradores que tinha atendido e que não eram cadastradas na Clínica da Família, que moravam lá em cima no alto do Morro da Alegria e duas do alto da Rua Um e direcionando-se a médica disse que dizer isso era “história de carochinha” porque estavam lá há seis anos e que tinha o atendimento clínico, a UPA, que tinham as coisas que funcionavam lá, mas que não tinham o principal, que era a ginecologia e o pediatra para as crianças. Disse que tinha uma neta de quatro meses e que estava sendo atendida numa clínica particular porque não tinha pediatra e nem um pingão de cavalo no “Minhocão, na Gávea e que a realidade era essa, porque a pediatra que estava lá, simplesmente, estava de licença e não tinha ninguém para substituí-la e quando perguntou informaram que faltava pediatra no Estado para serem contratados. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED** direcionando-se às médicas, disse que achava que o melhor quando tinha um erro de gestão era voltar atrás. Perguntou se iriam esperar mais o quê? Manteriam a posição dura, não conversavam com a população, não tinham conversado com o Conselho Distrital, não queriam saber do abaixo-assinado e esperar o quê; o Ministério Público e um monte de coisa dirigindo a palavra ao **Secretário Executivo e Conselheiro David**

Lima. Prosseguiu dizendo que esse debate ele não queria e que havia falado que o Sindicato dos Médicos era incompetente e que eles queriam trazer essas pautas para o Conselho Municipal de Saúde. Que queriam trazer essas pautas porque essa gestão continuava não discutindo com a base, com os profissionais e que tinha trazido eles aqui para mostrar que ninguém tinha sido consultado e que tinha falado com o Conselho Distrital e não tinham sido consultados e que tinha sido a mesma coisa da Maternidade Praça Quinze, que o ex-secretário de saúde que eles idolatravam estava na Amil, o ex-secretário e presidente deste Conselho Municipal de Saúde eleito por voto dos usuários, infelizmente, que me perdoem mas achava que os usuários tinham errado naquele momento e que ele estava na Amil e que a Amil tinha um plano popular chamado DIX e que aí, teriam que ir na DIX. Que todos eles, o planejamento deste governo em nível de Ministério da Saúde era desonerar os planos de saúde e fazerem planos de saúde populares. Continuou dizendo que as OS's eram uma ponte de privatização e que a privatização mais dura era essa. Dirigindo-se à **Dra. Betina Durovni.** Disse que ela era médica, mas estava lá e que não era possível que mantivesse essa posição de médica achando que a puericultura poderia ser feito por qualquer um e que ela sabia; não é que ela havia estudado isso na faculdade; que ela sabia que preventivo não era somente colocar a mulher lá e coletar, porque uma senhora não veria o câncer de vulva e que muitos cânceres passavam por aí, que HPV passava por aí porque outros profissionais não tinham essa habilidade, não tinham aprendido, não tinham essa faculdade e que eles estavam desconhecendo a necessidade da faculdade de medicina e perguntou se a **Dra. Betina Durovni** tinha rasgado o diploma dela; que o perdoasse mas falava assim com ela porque era necessário que falasse assim publicamente mostrando o desagrado deles porque não era possível que médicos fizessem esse tipo de gestão e que se eram obrigados a fazerem esse tipo de gestão que pedem o boné e vão embora porque o salário é muito baixo para se aborrecerem com isso; que não era possível que o DAS que ela ganhava, que com duas ou três consultas ela ganharia o DAS da Prefeitura, que não era possível e que estava falando isso de coração, que via que era uma colega que estava no caminho errado e que estava falando “na boa”, muito errado e que o melhor era ela voltar à categoria e refletir, voltar para o consultório, ver o que estava acontecendo, e aí, que ela voltava para a gestão e tinha esse feedback que era fundamental. Continuou dizendo que achava que os gestores da Secretaria Municipal de Saúde, que essa questão não era somente do **Dr. Daniel Soranz**, que essa questão estava implantada no Município do Rio desde o César Maia com o “filhote” dele, o Eduardo Paes e porque os gestores que permaneciam por aqui não queriam largar esse DAS e aí. **Gazolla** que tinha morrido e que gostava muito e que tinha tido um erro na vida dele ter colocado a questão da incorporação de quem ficava em cargo de chefia e que isso era um mal que iriam combater na Mesa de Negociação e que não queriam mais cargos comissionados, pessoas que ficavam estatizadas ali dentro e não mudavam e que queriam gestores que fossem para a base, que voltavam e retornavam. Continuou dizendo que tinham um entendimento que gestão não era ficar somente na vaidade e que então, pela vaidade deles não adiantava mais ficar com isso. Disse que encaminhava a este Conselho Municipal de Saúde que votassem hoje a desaprovação desta medida pelo Conselho Municipal de Saúde e que se os gestores quiserem continuar que continuem, mas queria que esse Conselho Municipal de Saúde votasse e finalizou dizendo que estava encaminhando, como Conselheiro, essa proposta. O **Dr. Gil Batista** disse que como representante do Conselho Regional de Medicina, representando o presidente do Conselho, não mudaria em nada a posição do Conselho e que irão acompanhar esses colegas até onde for necessário em defesa dos direitos desses colegas. Achava que não se sentir tocado com a manifestação de uma pessoa que trabalhava há trinta anos em um lugar, que vinha de púlpito defender sua condição e gestores com posição de ironia, com sorrisos, que isso era um desrespeito e um não entendimento do que era realmente saúde. Continuou dizendo que como uma pessoa dessas poderia ser gestora de saúde; que estava

vendo o profissional aqui, com trinta e tantos anos acostumado àquele tipo de atividade com sua clientela naquela área sendo transferida sem nenhum tipo de respeito, um se emocionando e o outro sorrindo. Disse que isso tinha sido um registro que o tinha incomodado muito, que ele estava sentado ali na plateia e tinha visto isso. Continuou falando que queira dizer aos não médicos que não abririam mão da defesa dos colegas e que essa política de troca de médicos experientes por qualquer médico quem pagaria esse preço seria o paciente e que não tivessem dúvida disso e iria pagar durante muitos anos e que não era possível que todos não percebessem que, por exemplo, estimulando contratação precária, sem concurso, sem carreira, sem previsão a longo prazo, o grande rodízio nas unidades levará essas unidades a não terem histórico, a não terem experiência, a não criarem nenhum tipo de procedimento a longo prazo. Disse que trabalhava há trinta e cinco anos no mesmo lugar e que tinha sido médico plantonista de domingo, tinha sido médico de ambulatório, de emergência, de enfermaria, chefe de clínica, chefe de serviço, coordenador de residência e era óbvio que ele conhecia o caminho do hospital dele, era óbvio que tinha criado um monte de residentes nesse período, era óbvio que tinham criado uma série de condutas estabelecidas e que isso dava qualidade no atendimento e que proposta desse tipo levará uma desorganização da saúde em médio prazo que será terrível. Continuou dizendo que não acreditava que gestores equilibrados e inteligentes não percebessem que não era essa troca que influenciará em nada a política proposta. Finalizou dizendo que se pegassem os números apresentados de médicos contratados para atenção na família e que certamente era tudo OS's e que viam que não havia nenhum problema de contratar médicos para que a gestora regional indicava como carência e que se podia contratar para lá, poderia contratar para aqui e não seria necessário desfazer a vida de quem lá estava há trinta e tantos anos. A **Dra. Betina Durovni** disse que tinha sido citada várias vezes e iria ver se conseguia fazer de uma vez só e que nesse momento de sua vida ficava muito feliz de estar no campo oposto ao **senhor Gil Batista** e que tinha muito orgulho da gestão e que não achava que gestão era uma coisa para ficar rodando e que gestão, também, era uma carreira e que dentro da gestão poderia ser um excelente profissional e se considerava uma excelente profissional e que não era só formada como médica, tem mestrado em Saúde Pública, tem doutorado e havia estudado o tempo todo para ser a melhor gestora possível respeitando os colegas, mas, principalmente, provendo o melhor para a população e esse momento terrível que o **Dr. Gil Batista** falava já tinha passado e que tinham superado; que a cidade do Rio de Janeiro nunca, voltando a dizer, que estavam numa democracia onde as ferramentas de gestão estavam aí para serem contestadas, para serem discutidas, mas estavam aí e tinham sido colocadas à disposição de uma maneira absolutamente democrática. Ratificou que esse momento terrível já tinha passado e que o Rio de Janeiro, hoje, tem um outro direcionamento, outra realidade, não somente na Atenção Primária, também nas emergências, também nos hospitais, também na atenção obstétrica onde descredenciamos uma série de maternidades privadas, onde descredenciamos uma série de instituições psiquiátricas privadas e que na verdade se olharem de uma maneira mais ampla que a questão tinha obrigação de olhar de uma maneira de olhar e que tinham que olhar para AP 3.2 como um todo e que essa era a obrigação deles e era para isso que estavam lá e que não era bem assim a história que estava sendo contada. Que não era verdade a desassistência que estava sendo relatada lá sobre a Rocinha, não era verdade que as pessoas estavam sendo impedidas de serem atendidas e que as pessoas estavam tendo muito mais acesso do que jamais tinham tido na cidade do Rio de Janeiro. Conselheiro que não se identificou discordou da **Dra. Betina Durovini** e a mesma disse que não faria o mesmo com aquela pessoa, mas que não era verdade e por fim, apenas para deixar bem claro, que cada um tem que refletir e que todos que estava lá poderiam sair e procurar informação porque estavam lá devido a uma motivação, que poderiam procurar informação, poderiam ler, se atualizar e tentar ver e os colegas médicos tinham uma

posição privilegiada em relação e que era somente entrar e ver as evidências, que a medicina era baseada em evidências e que não existia medicina sem ciência; que medicina não era a opinião dela ou de outra pessoa a não ser que esteja baseada em coisas e elementos da ciência e que todos ali tinham sido formados com essa mentalidade e que, então, procurassem saber quais eram os sistemas de saúde que mais beneficiavam a população, procurassem saber quais eram os sistemas de saúde no mundo fossem eles desenvolvidos ou não, que mais beneficiavam a população, que procurassem saber se estavam mais perto e alinhados com isso ou se esse sistema era baseado em outras premissas que ela não conhecia evidências que funcionassem e que iria beneficiar a população. Achava que da mesma maneira que eles tinham que respeitar os médicos, os médicos tinham que fazer uma discussão qualificada sobre a gestão, porque os médicos tinham todos os elementos, tinham estudado, ido à faculdade e que poderiam sim vir aqui com argumentos científicos para dizer que o modelo tal tinha essa evidência aqui e que os indicadores da população melhoravam muito mais quando era vista por um especialista ou como era vista pelo pediatra. Continuou dizendo que estavam debatendo. Nesse momento, a fala da **Dra. Betina Durovni** foi interrompida pelo **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED** dizendo se eles deixarem e a **Dra. Betina Durovni** respondeu que tratariam isso da forma como qualquer profissional tinha que tratar, com a sua ciência, com a sua informação, da forma que nós temos. Prosseguiu dizendo que esse convite estava sempre aberto e que sempre que quisessem fazer um debate em cima de informações qualificadas, de dados, de outras evidências, que estavam absolutamente abertos a fazer e que iria fazer um reparo importante. Disse que dez dias atrás, segundo informações que teve colhia com a diretora da unidade, essa conversa que tinha começado e perguntou se conferia; continuou dizendo que desde o momento onde a conversa tinha começado, perguntou se tinha sido mais de dez dias, disse que desses dez dias de início da conversa que a discussão tinha sido transposta para cá e que era legítima, mas que não tinha havido tempo para fazerem a discussão com o seu “**Neco**” e que ele estava absolutamente correto, pois deveria ter sido feita. Continuou dizendo que a diretora tinha começado uma conversa, que ninguém tinha sido transferido, que tinham começado uma conversa e que dela tinham-na transportado para o Conselho e que não tinha havido tempo e que isso sim iria ter. Que levariam essa discussão para o Conselho Distrital e conversariam com as pessoas tudo novamente porque essa era a forma de fazer porque esse processo estava começando a ser conversado, que de forma nenhuma tinha sido uma determinação e que era uma negociação e que isso tinha sido alçado de uma conversa para cá, mas que também era legítimo e que precisava amadurecer, fazer essa discussão com o Conselho Distrital que conhecia profundamente a área e que para isso estavam abertíssimos. Ratificou com o senhor “**Neco**” que iriam fazer e achava que para cada médico, colega, que estava lá, deveriam visitar as unidades onde estavam propondo que fosse feito o trabalho, conhecessem a população e também quem sabe, achassem que essa era uma opção melhor, não somente para o profissional que se sentiria muito mais útil atendendo mais como também para a população que precisava mais. Nesse momento houve um pequeno mal estar entre o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS** com o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED**, sobre citações do nome dele e da **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** dizendo que a Mesa tinha uma coordenação e o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED**, reivindicou três minutos para falar porque a **Dra. Betina Durovni** estava falando uns dez minutos porque era gestora e ele queria os três minutos de fala também. A **Dra. Betina Durovni** finalizou para concluir agradecendo e dizendo que estava disposta a fazer a

conversa onde fosse necessário que iriam conversar sobre isso. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED**, tomando a palavra disse o que pudesse fazer para manter esse PAM Del Castilho ele iria falar em cinco segundos e o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, disse que queria o vê-lo falar em cinco segundos. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED**, dirigindo-se a **Dra. Betina Durovni**, disse o que de pior que o gestor tinha era a falta de humildade, o pior era o que estava acontecendo com a Presidente Dilma que era a mesma coisa e que parecia que ela estava copiando isso. Continuou dizendo que queria o seu minuto e que a questão concreta era que ele esperava a humildade da gestão já que o Conselho Distrital não tinha sido ouvido, já que os médicos não tinham sido ouvidos, já que a população tinha um abaixo-assinado de mil e trezentas pessoas, que, ao invés de ficarem defendendo a gestão, ele tinha pedido humildemente que a gestão recuasse dessa posição absurda de acabar com o PAM Del Castilho e retomariam o diálogo, mas que a doutora não tinha o aprovou e o que ele propunha era que este Conselho Municipal de Saúde tirasse, hoje, agora, uma moção de desaprovação a essa transferência dos médicos do PAM Del Castilho e que o SISREG seja aberto para eles. O **Conselheiro Marinaldo Silva Santos, representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI** tomando a palavra disse que essa discussão que estavam fazendo lá era uma retórica e que essa discussão já tinha ocorrido em outros momentos, fazendo a mesma discussão para outros Órgãos da Saúde e que tinha sido colocado lá que não iria terminar e que de repente o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED** trazia a situação que já tinha sido discutido e que havia sido colocado aqui que nada aconteceria com aqueles profissionais que trabalhavam na Maternidade Praça Quinze e que, de repente, a Maternidade Praça Quinze tinha acabado. Disse que estavam vendo um desfazimento de um serviço público estatal e que estavam vendo que aquela população que era atendida há trinta anos e que conhecia o profissional deixará de ter essa referência e que eles, psicólogos, trabalhavam na relação com o paciente e sabiam o quanto era importante desta relação a cada dia e a cada atendimento fosse trabalhada e que isso estava no dia-a-dia do profissional junto ao seu paciente e o que estava sendo colocado lá era justamente o inverso; quando o gestor deveria fazer a colocação de quanto mais profissionais com conhecimento sobre a população melhor seria o atendimento público e, ele estava fazendo o inverso, desfazendo um serviço público existente há trinta anos e entrando com a Estratégia da Família; que não eram contra, muito pelo contrário, mas que não somava; que a Estratégia de Saúde da Família sendo colocado nesse espaço deveria somar, mas não, pelo contrário, estava sendo retirada as especialidades que era a própria Clínica da Família que deveria encaminhar e que seria retirada daquele lugar e aí ficava difícil. Continuou dizendo que sabiam, também, da grande rotatividade que existia de mão-de-obra nas Clínicas da Família e que, o profissional quando era terceirizado, embora falasse que não era precarizado, mas era porque a CLT não dava nenhuma garantia e que ele queria ver qual era o celetista que estaria ali fazendo essa discussão sem ser punido, sem ser mandado embora do trabalho e, a não ser que fosse sindicalista, ele não se sentiria protegido pela Lei que estabelecia que tivesse certa imunidade para desenvolver um mandato sindical; que do contrário se fosse um profissional não conseguiria fazer essa discussão porque seria mandado embora do trabalho. Disse que essa era a grande diferença quando falavam da precarização dos serviços públicos através de OS's; que não havia nenhuma garantia e que se fizesse um Chamamento para que os trabalhadores da OS viessem defender suas posições não viriam porque teriam medo de perderem os seus cargos e essa era a grande vantagem do servidor público, além do atendimento de qualidade que poderiam desenvolver junto ao paciente, ele poderia

chegar aqui e falar sem que fosse punido e que a única punição já estava acontecendo com a saída do lugar do seu trabalho para a UPA deixando a população em falta. A **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** retomando a palavra, disse que tinham solicitado uma Questão de Ordem. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, disse que tinha solicitado Questão de Ordem porque, naturalmente, a proposta que o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED**, infringiu o Regimento Interno e a Lei que instituiu esse Conselho, a 5.104/2009 e que por isso era uma Questão de Ordem. Disse que o artigo 5º da Lei 5.104 dizia que: “*Compete aos Conselhos Distritais de Saúde e suas respectivas circunscrições*”, passando direto ao inciso V, que diz: “*Participar da elaboração e deliberar em primeira instância os modelos assistenciais e os planos distritais formulados pelos distritos de saúde*”; inciso VI: “*Acompanhar e opinar sobre a execução de ações, projetos e programas de planos de saúde*”; inciso XI: “*Participar da formulação da política de desenvolvimento de Recursos Humanos das Áreas de Planejamento de Saúde*”. Concluiu dizendo que, sendo assim, este Conselho Municipal de Saúde não poderia deliberar nada sobre este assunto antes que tivesse uma posição do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 e por esse motivo, a Lei é sábia e que nenhuma das pessoas e Conselheiros aqui presentes participavam lá daquela área, não conheciam o PAM Rodolpho Rocco, não conheciam esses colegas médicos, não conheciam a gestão de perto, ou seja, caberia ao Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2, para isso que existiam e depois trariam ao Conselho Municipal uma definição. Finalizou dizendo que essa era a Questão de Ordem. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED**, direcionando-se à presidente da Mesa, disse que tinha uma contrariedade a essa Questão de Ordem. Prosseguiu dizendo que tinha colocado essa Questão de Ordem e queria colocá-la porque a proposta dele não mexia com essa Lei. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS** respondeu dizendo que tinha colocado a Questão de Ordem para a Mesa e cabia a mesma acatar ou não. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED** tomando a palavra disse que a proposta dele era somente uma moção que este Conselho desaconselha que a gestão fizesse essa transferência com os médicos do PAM Rodolpho Rocco e que levasse isso para o Conselho Distrital e que o Conselho Distrital da AP 3.2 irá decidir e que ele não estava decidindo. Continuou dizendo que queria o Procurador do Município lá. A **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** retomando a palavra, disse que até aquele momento tinha moderado com uma discussão bem sucinta e bem esclarecida e pediu o favor para que não baixassem o nível. Disse que pelo fato de estar constituída na Mesa terá que agir e que daria a palavra somente ao **senhor Manoel João Santana**, por ser o Presidente da Área da AP 3.2, somente isso e que a partir de agora a Mesa está respaldada pelo Regimento e pela Lei. O **senhor Manoel João Santana**, Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 agradeceu e disse que daria umas palavrinhas e que esse assunto se encerrava com esta discussão e queria que fosse discutido na área da AP 3.2 e terá que passar pelo Conselho Distrital de Saúde e que não ninguém irá empurrar “goela à abaixo”. Continuou dizendo que a discussão tinha que ser lá e que depois de sentarem e discutirem tomaria um outro destino, mas que, até que provassem o contrário, teria que passar pelo Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2. Finalizou agradecendo e dizendo que estava encerrado e que tirassem isso da pauta porque seria discutido na área da 3.2. A **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** retomando a palavra, disse que todos tinham o direito de expor suas idéias e seus pensamentos e que a Mesa estava fazendo um encaminhamento e sem nada contra a discussão pelo Regimento e pela Lei dizendo

que tinha sido solicitada uma informação: **Situação dos médicos federais da Policlínica Rodolpho Rocco** e que todas as partes haviam falado contra ou a favor e as suas alegações. Continuou dizendo já que tinha sido aberto o precedente e que tinha um pedido do Presidente da área e que ela sabia o que era isso e quando desrespeitavam a área, tanto pela Coordenação de Área quanto dentro do Conselho dos outros. Disse que estava fazendo as considerações e que não estava lá e nem era de lá. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED**, tomando a palavra, disse que considerava as considerações dela e do “Neco” e sabia voltar a trás numa posição e que sabia admitir quando havia um erro da colocação dele e que então, que fosse para o Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 e que a gestão garantisse que enquanto essa questão indo para o Distrital e vindo para o Municipal que não expulsassem os médicos. Houve uma discussão e a **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**, retomando a palavra e dirigindo-se ao **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3**, disse que ele tinha retirado a imposição e que iria discursar a partir de agora e que ficaria na AP 3.2. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED**, tomando a palavra, disse que se o **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira, representante do (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3** falasse mais alguma coisa com ele que o mesmo iria querer a Comissão de Ética. Houve nova discussão e a **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu “por favor” para os **Conselheiros José Antonio Alexandre Romano e Geraldo Batista de Oliveira** dizendo que toda discussão constaria em ata. Finalizou perguntando ao **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3** que encerrasse esse ponto porque tudo que tinha acontecido seria encaminhado ao Distrital de Saúde da 3.2 e esperava que todos que estivessem envolvidos que estejam presentes quarta-feira na reunião do Conselho Distrital de Saúde 3.2. O **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3** disse que se fosse convidado iria e a **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** dizendo que não estava convidando e que estava falando sobre os envolvidos neste assunto e achava que já tinha falado tudo. Ratificou para que os envolvidos neste assunto estivessem lá para abrirem um debate e uma discussão na AP 3.2 com a presidência, a Comissão Executiva e seu Colegiado. Agradeceu perguntando se estava combinado. Como houve uma pergunta do **Conselheiro Marinaldo Silva Santos, representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI** sobre a presença de Conselheiros municipais, a **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** reiterando, disse que a discussão tinha passado para o Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 e que os companheiros do município que quisessem comparecer não poderiam se meter na discussão. Passou ao **item 5) Escolha do novo presidente para a Comissão de DST/AIDS - 10 minutos**. O **Conselheiro Carlos Alberto Tufvesson, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS** dando boa tarde, disse que, atualmente, presidia a Comissão de DST/AIDS desse Conselho Municipal de Saúde e que já tinha uns três anos, mais ou menos, e no intuito de acreditando que, na verdade, outras pessoas deveriam assumir essa presidência com outros formatos, novas visões e até novas comunicações, também, de que novas idéias poderiam surgir, que ele estava renunciando esse cargo e pedindo que outra pessoa assumisse e que o inscrevesse, imediatamente, também, na Comissão como membro e pedindo que esse Conselho Municipal de Saúde não esquecesse da importância da luta com o respeito do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, fosse do cidadão soropositivo, como da questão da identidade dos gêneros e racial nas Unidades de Saúde e que pudessem sempre lembrar como Conselho Municipal de Saúde da importância do primeiro atendimento e que era uma questão que

sempre tinha sido pauta desta Comissão de DST/AIDS, mas que gostaria que eles se lembrassem que, talvez, a coisa mais importante que discutiriam como cidadão como era recebido na Unidade de Saúde, se ele era tratado de maneira adequada com respeito ao sigilo que muitas vezes era necessário e que dependia de caso a caso e que a próxima presidência pudesse ter, também, esse olhar mas principalmente, que trouxesse a pauta da questão do HIV, porque infelizmente, pela última contagem que teve no Brasil, disse que o mundo inteiro tinha avançado, principalmente, nessas novas infecções reduzindo e que o Brasil tinha sido o único que tinha crescido. Continuou dizendo que falavam isso, porém, a própria Secretaria de Saúde tinha uma campanha há quatro anos, que fazia com que hoje fossem o município que mais testava e que a próxima campanha será no dia 01 de dezembro, que era o Dia da luta contra a AIDS e que já tinha sido aprovada pelo Secretário Municipal de Saúde e que a Subsecretária de Atenção Primária **Dra. Betina Durovni** já havia confirmado com ele também e agradecia o envolvimento de outras pessoas que tinha essa testagem de HIV, sífilis, etc. e que pudessem conhecer como direito mesmo e que era uma forma de conter a cadeia de transmissão, mas que ainda não era suficiente. Continuou dizendo que o Rio, a Prefeitura tinha assinado um pacto proposto pela Prefeitura de Paris que era o Noventa, noventa, noventa, que era noventa por cento de cidadãos testados, noventa por cento de infectados em tratamento e que isso tinha que “bater” até 2020 e que eram metas que eles tinham se comprometido e que iriam precisar de todo mundo e de uma Comissão que irá se dedicar e que estaria dentro, não mais na presidência, mas perto para que pudesse facilitar às vezes porque tinha uma questão ligada a movimentos sociais e que tinha uma questão bastante arraigada e dentro do movimento social não que tirava essa maneira de agir bastante militante e não queria mudar para isso e que sempre estaria presente defendendo os interesses das pessoas e achava que tinha que ser isso. Finalizou agradecendo e dizendo para que a próxima pessoa cuidasse com zelo e com carinho essa Comissão que tinha sido criada com muitos dias atuantes e que merecia o respeito de todos e que esse Conselho Municipal de Saúde tivesse uma representação de uma sociedade que cuidava do cidadão soropositivo. A **Coordenadora e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que nesse item o presidente atual dessa Comissão **Conselheiro Carlos Alberto Tufvesson, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS** estava passando para outro candidato e que depois dessa fala estava abrindo as inscrições. Disse que tinha uma candidata que falou na Comissão Executiva, a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2** confirmando a inscrição da mesma para candidatura e perguntou se mais alguém estava se inscrevendo para a presidência. Continuou dizendo que como não tinha havido mais nenhuma inscrição para a candidatura e a única que tinha se inscrito antecipadamente foi a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva** e perguntou se todos aprovavam o seu nome. A **Conselheira Sônia Regina G. da Silva, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2** foi eleita como nova presidente da **Comissão de DST/AIDS** pela maioria simples dos votos e a **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra. A **Conselheira Sônia Regina G. da Silva** disse que queria agradecer a confiança e que conhecia o **Conselheiro Carlos Alberto Tufvesson**. Prosseguiu dizendo que o conhecia de longa data e que vinha na luta com um trabalho de militância, algumas expertises e que tinham feito contribuição com participações nos fóruns de ONG e AIDS, nos fóruns de PB e achava que tinham um pouco de estrada para colaborar com essa luta que era de todos os dias e que muitas das vezes quem a conhecia enquanto Conselheira sabiam que ali estava exatamente por conta dessa luta que fazia lá nos seus cantinhos, nas comunidades e que de lá para cá, que era por isso que hoje estava como Conselheira Municipal e Conselheira Distrital de Saúde da AP 3.2 com muito orgulho. A **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou ao item **6) Comissões do Conselho Municipal de Saúde** perguntando se tinham informes as

Comissão de Saúde do Trabalhador, Comissão de Saúde, ambas sem informes. A **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que o **Conselheiro Rogério Marques Gonçalves, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS** estava inscrito para a Comissão de Orçamento e Finanças, mas não houve informe. Comissão de Saúde Mental. A **Conselheira Sônia Regina G. da Silva, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2** direcionando-se aos companheiros e companheiras e ao seu “**Neco**”, disse que ainda tinha uma representante da área deles e que gostaria de dizer para os que tinham ficado até o final que estava ali inquieta e que não poderia passar a frente do presidente da área e que essa discussão era muito rápida. Informou que tiveram isso na Comissão Executiva e tinham dito que não estavam concordando porque este assunto ainda não tinha sido discutido na área deles e que ela tinha se sentido e muitos aqui presentes que para muitos os usuários, que não gostava de dizer essas palavras, porém rotulavam os usuários que eram “burros”, “orbitados”, eram isso, eram aquilo, mas que na verdade não era isso e que tinham que ter respeito pelo representante deles aqui. Continuou dizendo que em nenhum momento tinham visto isso, mas que tinham acatado um Conselheiro que pediu pauta para este assunto e sabiam que daria essa discussão porque se a gente não arrumava a nossa casa, que isso era simples e básico, que “roupa suja” a gente primeiro lavava na casa da gente e depois vinha e “jogava no ventilador”, o que não tinha sido feito e que tinha dito para ele naquele momento e que, em momento algum a Coordenação de área tinha deixado de conversar com eles quando se tratava de assunto tão pertinente quanto era esse que estava sendo levado a eles na terça-feira passada. Ratificou dizendo que tinha dito isso, mas infelizmente, não era sindicalista e sim, usuária, que precisava deles, médicos, na ponta e essa era a intenção dela. Continuou dizendo que tinha pedido para ele fazer essa discussão depois que eles estivessem lá e aí, teriam sim, discutido com a gestão deles a pauta e trazido aqui o que não estavam entendendo e que não precisariam de uma resposta imediata, mas que não tinham sido escutados. Disse que somente lamentava pelos médicos, que conhecia a maioria e que estava lá e sabe que são profissionais dedicados a sua classe; que era uma falta de respeito o que tinha ocorrido com eles e agradeceu aos que ficaram até o final e que o Conselho estava lá para ajudá-los e fazerem a discussão. Finalizou dizendo que não tinha inimigo, não tinha gestor, não tinha profissional, não tinha usuário, que a saúde poderia ser precária para qualquer um e que a luta era um conjunto. A **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** chamou a Comissão de Gêneros, Raças e Etnias, Comissão Especial para Acompanhamento de Eventos de Massa, sem falas. Comissão de Educação Permanente, sem quórum; Comissão de DST/AIDS, informou que tinha acabado de passar a gestão para outra pessoa. Passando ao item **7) Informes da Secretaria Executiva do Conselho**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, disse que encaminhou, naquele dia, a relação dos duzentos Delegados do Conselho Municipal de Saúde para a 7ª Conferência Estadual de Saúde depois de muita luta para fechar um documento a ser preenchido. Informou que encaminhou, também, as propostas aprovadas na XII Conferência Municipal de Saúde de âmbito estadual e nacional. Informou ainda que observem a página do Conselho Municipal de Saúde, que já constava o que tinha sido aprovado na XII Conferência Municipal de Saúde, que estava lá, a nacional, a estadual e a municipal e, as propostas que tinham sido encaminhadas para a 7ª Conferência Estadual. Informou que a Conferência Estadual de Saúde acontecerá de 1 a 4 de outubro e que não se esquecessem. Finalizou informando que foi concedido ao Conselho Municipal de Saúde apenas um único convidado, que é o Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2, o **senhor “Neco”** como convidado da Conferência Estadual. Concluiu com uma última informação importante dizendo que estava saindo no dia seguinte de férias para descansar um pouco. Nesse momento, o **Conselheiro Carlos Henrique Alves,**

representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0 interrompeu a fala do **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** fora do microfone. A **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** chamou à atenção para o Regimento. Passou ao item **8) Informes do Colegiado**. Chamou o **Conselheiro Ludugério Antonio da Silva, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1**, sem fala. O **Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2** dizendo que já havia falado. Disse que o **Conselheiro Milton Lima, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1** retirou-se. O **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3** informou que na realidade não daria informe e que faria uma honraria. Informou que está há oito anos nesse Conselho e que sofre perseguição. Que na última reunião tinha sido pedido uma Comissão de Ética e que toda vez que ele se manifestava era pedido Comissão de Ética, mas que se eles observassem, não citava um nome e nem se refere a pessoas dizendo que tem Comissão de Ética. Disse o que achava de ética era fazer valer o que diz a Lei 5.104/2009. Que ética era saber respeitar o direito do presidente do Conselho Distrital que é eleito pelos profissionais, pelos gestores e pelos usuários da Área Programática, que isso é ética e não você ter um problema da administração, com seu chefe, com seus problemas pessoais em casa e trazer para o Conselho Municipal discutir e que tinha visto isso aqui. Continuou dizendo que ocorreu duas horas de discussão para uma coisa que está fora do Regimento e que deveria passar pelo Conselho Distrital da Área e que isso é falta de ética. Que era trazer pessoas que, infelizmente, não dispõem de tempo devido as suas obrigações profissionais para verem o que eles tem visto ali; que era ver pessoas com problemas pessoais com sua direção e querer fazer deles “bonequinhos”, querer achar que eles tem que fazer plateia para ouvir essas discussões que não cabiam a eles. Informou que discussão técnica não resolveria o problema da saúde e nem os problemas dos Conselhos. O que resolve os problemas dos Conselhos Distritais é o planejamento de cada área. Disse que respeita a Lei 8142/90, a Lei 5.104/09 e chamarem, esclarecerem e propuserem juntos, para quem for, oposição, situação, cada um na sua área. Citou o que tinha acontecido no Hospital Pedro II, que não tinha visto ninguém lá em cima, discutirem se viraria municipalização ou não, se seria OS ou não e que ninguém discutia a situação do Hospital Rocha Faria e não sabia o porquê e disse que iriam discutir o Hospital Lourenço Jorge, o Hospital Miguel Couto e; que não sabia o porquê. Que ele estava lá na ponta e o achavam que era mais “burro”, menos educado e toda vez que ele se manifestava pediam Comissão de Ética. Disse que o nome dele é citado e que não citava nomes e que não entendia o porquê dessa perseguição. Continuou dizendo que era proletariado, que vinha da classe baixa e que estava ali para “tomar pancada e dar o retorno”. Que não agredia ninguém e quando disse “pancada” era no discurso e assim como estavam pedindo Comissão de Ética para ele, ele também pediria Comissão de Ética porque o nome dele é citado e que não cita o nome de ninguém, mas que não iria sair de sua boca. Finalizou informando que se as pessoas se desprenderem de seus cargos de gestores achava que estava chegando o momento dele se desprender do cargo de Presidente do Conselho e que as pessoas deveriam se desprender também dos seus cargos de sindicato e não ficarem eternamente lá batendo na mesma tecla, achando que defendendo aquilo que não era defensável resolveria o problema da saúde. Que graças a Deus está a cinco meses para se desprender do seu cargo e que não ficará no ano seguinte ouvindo as mesmas pessoas, porque a CUT está com o mesmo discurso e trabalhar que é bom, nada. A saúde precisa de trabalhadores e de pessoas comprometidas com ela; pessoas que quando botam sua promessa e colocam o seu anel não trazem advogados para dentro do Conselho Municipal de Saúde para criarem provas e depois processar e, que era isso que estava vendo e queria saber se o Regimento permite isso. A **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** retificou e ratificou citando a Lei 5.104/09. O **Conselheiro Mauro André dos Santos Pereira, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2**

informou que somente gostaria de fazer um agradecimento: dar os parabéns pela maravilhosa Conferência que tiveram e, em primeiro lugar, agradecer à Comissão Executiva pelo excelente trabalho que tem sido feito e, que a Conferência foi maravilhosa. Informou ainda que tiveram dias de debates maravilhosos com discussão, tranquilidade e que a presidência do Conselho desenvolveu um excelente trabalho, dever cumprido. Que o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** e à Comissão Organizadora da XII Conferência Municipal de Saúde que também trabalharam com eles, Conselheiros, convidados e que participaram. Informou que ficou pasmo porque ter conseguido trabalhar tranquilamente, aprovar as propostas, tudo dentro do tempo, sem discussão, sem guerra, sem briga. Finalizou dando parabéns pela maravilhosa Conferência Distrital de Saúde da AP 5.2. Não havendo mais nada a ser informado a **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** deu por encerrada a reunião às dezesseis horas e dezenove minutos e, eu **Carmem Terezinha Gomes Sasaki** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** como substituta do presidente deste **Conselho Dr. Daniel Ricardo Soranz Pinto**.

Carmem Terezinha Gomes Sasaki

Maria de Fátima Gustavo Lopes

